
POR UMA “CRUZADA” CONTRA A FOME E O AGROHIDRONEGÓCIO - NOVA AGENDA DESTRUTIVA DO CAPITALISMO E OS DESAFIOS DE UM TEMPO NÃO ADIADO

Antonio Thomaz Júnior

Coordenador do CEGeT/FCT/UNESP/Presidente Prudente

Pesquisador PQ/CNPq

thomazjr@gmail.com

APRESENTAÇÃO

A oportunidade de estarmos desenvolvendo o Projeto de Pesquisa “Território Mutante e Fragmentação da Práxis Social do Trabalho,”¹ é o que está nos possibilitando aprofundar entendimentos sobre a complexa trama de relações que envolve o trabalho, os movimentos sociais, e as mudanças a que estão submetidos diante dos rearranjos do capital, na virada do século XXI, tendo em vista a magnitude do processo de reestruturação produtiva. Somam-se a isso os resultados que também estamos obtendo, através da realização do projeto de pesquisa “Agronegócio e Conflito pela Posse da Terra em São Paulo: A Dinâmica

Territorial da Luta de Classes no Campo e os Desafios para os Trabalhadores”.²

Considerando as prerrogativas desse texto podemos afirmar que as nossas preocupações se concentram nas principais ações e investidas do capital. Com respeito ao fenômeno canavieiro, o processo se expressa enquanto espacialização das plantas agroprocessadoras e das plantações, com base em um processo recente de expansão jamais visto. O resultado da reorganização espacial é demarcatório das disputas territoriais entre os diferentes segmentos da burguesia, especializados nos principais ramos do agronegócio (soja,

¹ Esse Projeto está vinculado à alínea PQ/CNPq e também em nível de tempo integral (RDIDP).

² Esse Projeto têm o financiamento da FAPESP, junto à Alínea Auxílio à Pesquisa e terá vigência até novembro de 2008. Essas experiências de pesquisa estão nos possibilitando igualmente compartilhar preocupações teóricas, metodológicas, com outros pesquisadores (no Brasil e no exterior), de sorte que não é algo que nos faça sentir no anonimato.

milho, algodão, eucalipto, *pinus*, cana-de-açúcar etc.) e nas pastagens.

No que se refere à soja, o processo expansionista já foi mais agressivo, e há uma clara preponderância dessa *commodity* em termos de área ocupada e importância estratégica para o capital; no entanto, está ocorrendo a superposição de investimentos do capital agroindustrial canavieiro sobre a mesma porção territorial até então hegemônica pela soja.

As frações do território em disputa (intra e inter-capital) – com a participação crescente de grupos estrangeiros – expressam não somente uma *nova* geografia do espaço agrário, no Brasil, mas consolidam o poder de classe do capital sobre as melhores terras agricultáveis do país e da maior incidência de disponibilização de água de subsolo da América Latina³. O capital nada mais tem à disposição do que o Aquífero Guarani, o que lhe assegura o controle territorial das melhores terras e de manancial de águas de subsolo para irrigação, nada comparável em nenhuma outra parte do planeta, para

³ Há, na Geografia, pesquisadores que estão utilizando o conceito de *hidroterritório*, quando abordam essa estreita vinculação entre as formas de controle do território e da água, de forma articulada. O professor Pedro Vianna, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB, está elaborando esse conceito, juntamente com seus orientandos. Faço o registro da dissertação de mestrado “Hidro-territórios (novos territórios da água): os instrumentos de gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais”. Autora: Avani Terezinha Gonçalves Torres. João Pessoa, 2007.

destinação e uso comercial. Essa evidente vinculação entre a posse da terra e da água nos remete a refletir o papel do Estado no empoderamento do capital e seus efeitos no quadro social da exclusão, da fome, e da emergência da Reforma Agrária e da Soberania Alimentar.

Esse processo recente de expansão do agronegócio, que se consolida em praticamente todos os biomas brasileiros, se fortalece com intensidade no Cerrado, concilia interesses dos conglomerados agro-químico-alimentar-financeiros, portanto a produção de produtos para exportação (*commodities*), tais como: a soja, milho, algodão e mais recentemente o álcool de cana-de-açúcar, o fortalecimento da pecuária em grandes extensões de terra, a verticalização das granjas (suínos, frangos). Atualmente vincula também, de forma direta ou consorciada, a outros grupos econômicos, aos negócios da construção de barragens e hidrelétricas.

A monopolização da terra e da água são, definitivamente, elementos indissociáveis para o capital. A água historicamente vinculada ao acionamento dos pivôs-centrais e a irrigação das grandes plantações para exportação, num ritmo de destruição sem limites, mais recentemente também se inscreve na produção de energia elétrica. É dessa complexa e articulada malha de relações que estamos entendendo esse processo no âmbito do

agrohidronegócio⁴, por onde nos propomos entender os desafios da dinâmica geográfica da reprodução do capital no século XXI.

Esse reinado do capital agroindustrial, ainda pouco estudado, considerando-se as múltiplas determinações do processo de consolidação do capital no campo, em nosso país, e as disputas e conflitos territoriais oferece-nos inúmeras oportunidades para a continuidade das pesquisas⁵. Em particular, para que possamos refletir e polemizar com mais segurança e contribuir com o debate público, juntamente aos movimentos sociais interessados, rumo às



alternativas de desenvolvimento capazes de recolocar na agenda a Reforma Agrária, associada aos princípios da Soberania Alimentar e retomada dessa porção do território, para a produção de alimentos

sanos destinados ao abastecimento interno, em escala regional.

E é por dentro das contradições que explicitam as faces da luta de classes pela via das disputas territoriais que podemos entender o esforço permanente do capital para expulsar os trabalhadores da terra e a perseverança dos trabalhadores para se manterem na terra. Assim, temos o redesenho das formas de uso e exploração da terra, por meio das ações do capital, ao absorverem os camponeses assentados para o trabalho no corte da cana-de-açúcar –

como já ocorre no Pontal do Paranapanema e em outras regiões –, diante de total ausência de políticas públicas para conservá-los em

condições de produção nos lotes.

Outro recurso utilizado pelo capital se dá pela incorporação de parte das terras (lotes) ao cultivo da cana-de-açúcar, o que já está causando inúmeros problemas para os trabalhadores, tendo em vista a desfavorabilidade dos contratos⁶, a

⁴ Vale a indicação do artigo de Mendonça (2007) “O Agrohidronegócio no cerrado goiano: construção das (re) existências.

⁵ Estamos viabilizando as ações de pesquisa no âmbito do Projeto “Territórios em Disputa e a Dinâmica Geográfica do Trabalho e da Luta de Classes no Brasil no Limiar do Século XXI”. Estamos no aguardo de solicitação de apoio junto ao CNPq, modalidade PQ, e a partir de março de 2009 deverá vincular nosso contrato em Temo Integral junto à FCT/UNESP.

⁶ Nem arrendamento nem cessão, mas algo que prende o camponês ao sistema de crédito que viabiliza a integração da produção camponesa ao capital agroindustrial, nos moldes do que já sobejamente conhecido, mas com o *agravante* dos atrativos creditícios facilitados via recursos do Pronaf e avaliados pelo capitalista agroindustrial canavieiro, que quita o empréstimo em parcelas à base de 50% na primeira safra, 30% na segunda

manutenção das dívidas que motivaram a efetivação dos mesmos e, principalmente, a decadência do empreendimento familiar, da convivência comunitária, além da fragilização política dos trabalhadores e dos movimentos sociais⁷.

Essa nova Geografia, que se territorializa nas novas pastagens, no Nordeste, e no Norte do país (antecedida e sucedida pela intensificação do desmatamento⁸), e na expansão dos canaviais e das plantas processadoras, no Centro-Sul, é a principal cartada das campanhas milionárias de *marketing*, por meio das quais o capital impõe sua “leitura” de moderno e de tecnificado. É pelo mesmo caminho que setores

safra e 20% na terceira safra. As pesquisas têm mostrado que para 70% dos casos entrevistados o insucesso comprovado dessa experiência deu-se na primeira safra, pois depois de extraídos o montante respectivo aos R\$18.000,00 contraídos, inicialmente via Pronaf, pouco lhe restou de rendimento.

⁷ Essa clara inversão de objetivos da agricultura camponesa é, na realidade, uma prática deliberada para desmontar e desestruturar sua existência, mesmo havendo interesses em mantê-los, todavia subordinados, controlados e subsumidos. Em Thomaz Jr., 2007a e 2008b, tivemos a oportunidade de apresentar reflexões sobre esse assunto.

⁸ As informações veiculadas pela imprensa a partir dos dados fornecidos pelo INPE, com base no Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira (PRODES), via satélite, somente o estado do Mato Grosso, de julho de 2007 a julho de 2008, aumentou 230%. O Instituto Homem e do Meio Ambiente (Imazon), por meio dos dados processados pelo Sistema Alerta do Desmatamento (SAD), os indicadores são ainda mais pessimistas em relação ao processo de desmatamento, inclusive para as áreas protegidas, que aumentou 65%, de agosto de 2006 a julho de 2007. Mais informações ver: www.imazon.org.br

expressivos da sociedade entendem ser essa a *bola da vez* para o desenvolvimento social e econômico e abertura de postos de trabalho.

Considerando o processo geral e as dinâmicas específicas das diferentes expressões do capital agro-químico-alimentar-financeiro e suas respectivas composições societárias, cada vez mais presentes e marcantes parcelas do capital estrangeiro, está-se diante de uma *nova* divisão territorial do trabalho. Seus reflexos rebatem os conteúdos contemporâneos da renda da terra, que nada mais expressam do que a territorialização do capital, as disputas intra e intercapital, a intensificação do poder econômico e de classe, e o controle sobre os camponeses, uniformizando formas particulares de uso e exploração da terra. É desse processo que temos as evidências da substituição de pastagens, de áreas de culturas pela voracidade do agronegócio, além de incidir sobre os biomas naturais, como foi e ainda tem sido a Mata Atlântica, as florestas nativas em São Paulo, além do caso do cerrado⁹ e da Amazônia¹⁰, sem contar que

⁹ É no cerrado que esse processo se efetivou até então, de forma mais gritante. Suas áreas de conservação ambiental, terras indígenas, de comunidades quilombolas e camponesas, enfim, protegidas legalmente, também estão sendo “engolidas” pelo destrutivismo do capital. É ainda mais preocupante o que está prescrito no Código Florestal: no caso dos cerrados, nos nove Estados da Amazônia Legal, onde há a presença desse ecossistema, exige-se que apenas 35% da cobertura original seja mantida, caindo essa

o Pantanal também está sob a *alça de mira* do capital, como já comparecem nas denúncias de acordos políticos mediatizados pelo governador do Mato Grosso do Sul e lideranças empresariais da agroindústria canavieira¹¹.

Mas é na rabeira desses negócios, no âmbito da agropecuária, mais especificamente com os produtos de exportação (incluindo o álcool, nos últimos três anos), que se realizam elevados investimentos também consorciados entre capitais nacionais e grupos estrangeiros/transnacionais, que, por sua vez, dão identidade à composição dos conglomerados agro-químico-alimentar-financeiros. Esses e suas *holdings* dominam direta ou indiretamente a produção das matérias-primas, a circulação, o processamento, o transporte, a distribuição, a produção de sementes etc. Com algumas recombinações, são os mesmos que se compõem com grupos transnacionais ou não, mas com sede no Brasil, para igualmente materializar seus interesses no setor de produção de energia, com a construção de hidrelétricas, mineração,

porcentagem, nas demais áreas, para 20%. Ver: Mendonça, 2004.

¹⁰ Oliveira (2006) traz ao debate reflexões atualizadas sobre o processo destrutivo de expansão da soja, na Amazônia.

¹¹ Esse assunto é objeto de estudo de três projetos de mestrado sob nossa orientação, junto aos Programas de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Dourados e da FCT/UNESP. Vide Azevedo, 2008; Santana Jr., 2008; Domingues, 2008.

exploração/destruição florestal. Além de estabelecer disputas internas entre si, por território, expõem em níveis de crueldade a desterritorialização de índios, quilombolas, pescadores artesanais, camponeses e assalariados rurais¹².

INTRODUÇÃO

O cenário atual que envolve o agronegócio, no Brasil, e a amplitude das relações técnicas, econômicas, políticas, logísticas e geográficas expressam contradições que nos incentiva conhecer os rearranjos espaciais e os conteúdos das disputas territoriais que colocam lado a lado, trabalhadores, sindicalistas, movimentos sociais, Estado (ministérios, secretarias de Estado, Polícia Federal, Exército, Polícia Militar, Ministério Público), conglomerados capitalistas nacionais e internacionais (ou conveniados), capital financeiro, grupos de extermínio, ONGs, partidos políticos, estes com menor participação e interesse etc.

Nesta fase de mundialização do capital, a necessidade da alimentação requer

¹² Em outubro de 2007, pudemos realizar um Projeto de Trabalho de Campo, como parte das atividades da disciplina de mesmo nome, sob nossa responsabilidade, sendo que um dos objetivos foi apreender as estratégias utilizadas pela Aracruz Celulose S/A, no Norte do Espírito Santo, para territorializar-se sobre as terras das comunidades quilombolas, indígenas, pescadores e camponeses. Ver: Costa et al., 2007.

que pensemos de forma articulada o sistema produtivo dos alimentos e, desse modo, a estrutura fundiária, na organização, na produção, bem como nos objetivos e nos pressupostos para produzir e consumir com base nas reais necessidades dos consumidores, na qualidade dos produtos, e em abastecer os mercados consumidores próximos às áreas de produção.

Partindo desses pressupostos e amparados em pesquisas anteriores¹³, podemos ponderar que – apesar das especificidades do segmento agroindustrial canavieiro, em relação às demais outras formas de expressão do capital, no que tange à dinâmica, às estratégias reprodutivas, de controle do trabalho e à aposta da sua constante precarização/fragilização – há semelhanças.

Nossos estudos nos têm revelado que a sociedade do capital, encimada no ambiente contraditório da reestruturação produtiva, vem sendo modificada



intensamente, nas últimas décadas, o que tem atingido a estrutura de classes, a (des)realização do trabalho, as dimensões objetiva e subjetiva dos trabalhadores e a dinâmica geográfica do trabalho, enquanto movimento contínuo e contraditório de territorialização-desterritorialização-reterritorialização.

Deixam ou abdicam de entender o imbricamento dessas faces objetivas e subjetivas do trabalho, enquanto procedimento teórico-metodológico e em grande medida político, aqueles que negam/desconfiam/resistem à

possibilidade/necessidade de entender as diferentes formas de materialização do trabalho (no campo e na cidade), a plasticidade que se externaliza nessas duas dimensões da lavra humana e que constantemente rompe com as predefinições (engessamento) da divisão técnica do trabalho e as diversas modalidades jurídicas e ocupacionais do trabalho.

Nisso está implícita a suspeita iminente sobre a existência de uma teoria ou um instrumental teórico capaz de explicar essa totalidade social. Antes de qualquer tentativa ou busca de apoio e interlocução, mantém-se a rigidez interpretativa que se cerca das

¹³ Aqui, poderíamos lembrar a Tese de Doutorado (THOMAZ JÚNIOR, 1996) e a atualização das informações para publicação (THOMAZ JÚNIOR, 2002), além de outros trabalhos de pesquisa (THOMAZ JÚNIOR, 1999) e a orientação de trabalhos de Mestrado, de Doutorado, além dos Trabalhos de Campo que temos realizado, sistematicamente, em várias regiões produtoras do Estado de São Paulo, ao longo dos últimos vinte anos.

fragmentações do trabalho e de todos os fetiches da divisão técnica, na exata medida com que expressam as contradições do próprio capital (categorias sindicais vinculada às habilitações, profissões). Não obstante, o eco desse posicionamento rebate não somente no debate intelectual, mas também sindical, político, partidário etc.

Temos como certo que a plasticidade do trabalho, ou as diferentes formas de trabalho que se combinam e interdeterminam, constantemente refeita e expressão do mecanismo de (des)realização, constitui referenciais imprescindíveis para entendermos o amplo leque de assuntos protagonizados por diferentes expressões do trabalho imersas em relações específicas do setor, ramo ou cadeia de atividade/produção. Da mesma forma que os conflitos internos, a disputa político-ideológica propriamente dita, a luta pela prevalência de interesses econômicos e políticos que perpassam a disputa por extensão de base (territorial), no caso dos sindicatos, ou prestígio político e garantia de favores, nos diversos escalões da máquina estatal (em diferentes escalas),

como algo particular dos movimentos sociais etc.

Nossa trajetória de pesquisa, ao mesmo tempo em que nos empolga, exige de nós cuidados para adotarmos procedimentos metodológicos, aprofundarmos estudos e fazermos avançar os levantamentos empíricos para interagir essas diferentes expressões do trabalho, no ambiente da práxis dos *territórios em disputa e a dinâmica da luta de classes num tempo não adiado*.

A busca dessas interações *perdidas* é o que nos permitirá assumir que está em questão o *tensionamento vivo* da luta de classes, que rompe as barreiras intelectuais representadas pelas áreas de especialização, para se pensar a relação campo-cidade sob a ótica do trabalho. Isso mostra, pois, a complexidade do tecido social do trabalho, de sorte que a inclusão/exclusão no mercado de trabalho e a resistência não se circunscrevem à relação capital x trabalho, mas se ampliam para diferentes formas de expressão do trabalho, de cujo universo de realização estamos defendendo fazer parte, o qual pode ser detalhado ou priorizado sob vários recortes: político, econômico, social, geográfico etc.

que continuam à margem da classe trabalhadora, mas que, de fato, estão se envolvendo nas lutas, nos confrontos. Em particular nos últimos cinco anos, com as mudanças macro-estruturais no formato produtivo das matérias-primas de origem agropecuárias, em nível planetário, na agroindustrialização e na circulação/distribuição dos cereais nobres (soja, milho) nas mãos de seletos grupos de transnacionais, os quais também fazem parte da equação da produção de biodiesel, e isso está alimentando a voracidade inflacionária no setor de alimentos à casa de 50%¹⁵, quando se considera a realidade de 2007 para 2008, e fazendo da fome a principal chaga da humanidade em pleno século XXI. A fragilidade do tecido social é tamanha que somente a disparada dos preços dos alimentos no mundo, de 2007 para 2008 (Figura 1), aumentou em 75 milhões o número de famintos, os quais totalizam 925 milhões de pessoas, segundo depoimento do diretor da FAO¹⁶. O executivo acrescentou que será preciso investir U\$30 bilhões por ano¹⁷ para duplicar a produção de alimentos e acabar

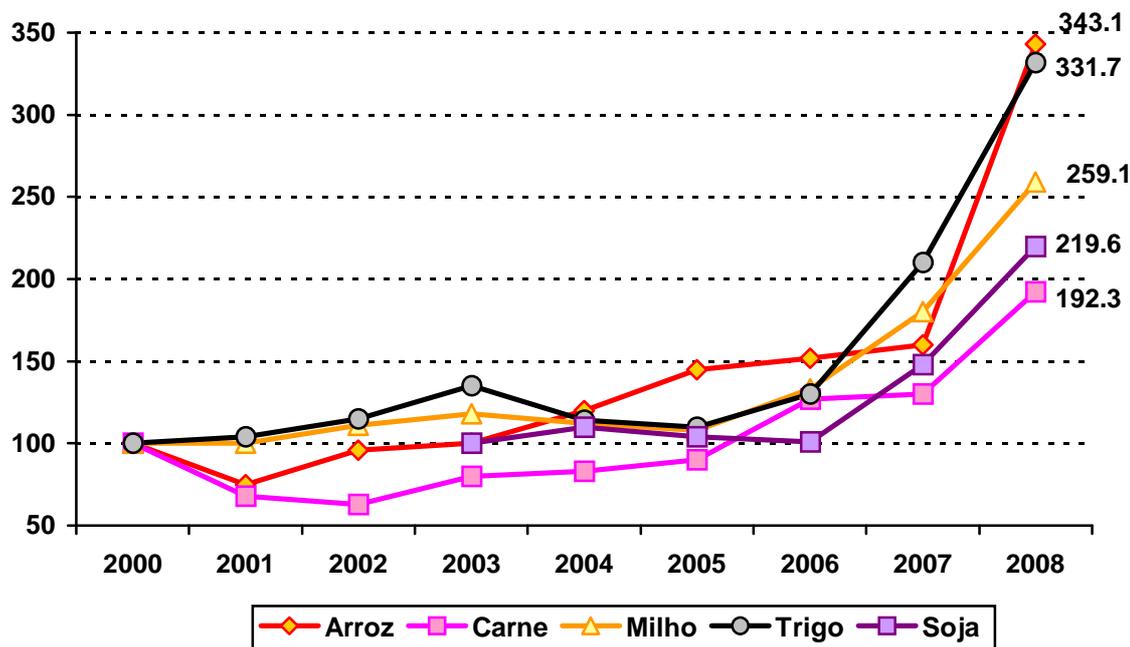
com a fome, apesar de que a questão central não é a falta de alimentos em si, mas a falta de renda e de recursos para aquisição por parte dos famintos.

¹⁵ Informações fornecidas no *site* da ONU: www.onu-brasil.org.br

¹⁶ Depoimento de Jacques Diouf, feito por meio de entrevista coletiva, em Roma, no dia 17 de setembro de 2008, e noticiado pela imprensa internacional.

¹⁷ Segundo especialistas esse valor é modesto se comparado aos U\$375 bilhões desembolsados pelos países membros da OCDE em incentivo à agricultura e aos U\$1,2 trilhão com armamentos, em 2006.

**Figura 1 - Evolução do preço das principais commodities.
(2000-2008) - US\$/Tonelada**



Fonte: DIEESE, 2008.

Arroz, Carne, Milho e Trigo (2000 = 100). Soja (2003 = 100),

Arroz, milho e trigo (agosto/2008); carne (maio/2008); soja (junho/2008).

O medo que setores importantes da burguesia e do grande capital têm manifestado publicamente está fundamentado nos estrangulamentos das contradições sociais, expressos criminosamente pela quantidade crescente de famintos e das mobilizações que “pipocam” por vários cantos do planeta (Haiti, Egito, Filipinas, Brasil, Nicarágua, México, Índia).

Se não bastasse o cinismo da afirmação de que “é necessário barrar a imoralidade da produção de biocombustíveis em detrimento da produção de alimentos”, qualquer pessoa desavisada poderia ser ludibriada. Nesse

depoimento, o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Dominique Strauss-Kahn¹⁸, expõem as fissuras e disputas internas aos setores dominantes, mas, por contarem com o apoio e sustentação política em nível internacional, dos grandes conglomerados transnacionais e dos Estados, que apesar de manifestarem interesses setoriais – como o Brasil, que reivindica o fim dos subsídios – defendem nichos de mercado e não propriamente ações concretas que garantam acesso aos alimentos para as populações pobres e empobrecidas. É o caso recorrente que envolve o Estado brasileiro em defesa da

¹⁸ Cf. O IMPARCIAL, 19/04/2008, p.5A.

inserção dos biocombustíveis produzidos por ele próprio e por países europeus, sem barreiras econômicas, fitossanitárias etc., sendo, pois, esse expediente valioso instrumento para combater a alta dos preços dos alimentos. Essas ações, segundo o chanceler brasileiro Celso Amorim¹⁹, seriam a melhor demonstração, por parte do FMI, de garantir renda interna, para que não se tenha a situação da fome agravada no país, sendo que a *imoralidade* da produção de biocombustíveis, não se aplica ao Brasil, porque a produção de álcool etílico não ameaça a produção de alimentos. Mas aqui reside um engodo, pois, no Brasil a expansão dos agrocombustíveis já está repercutindo na redução da área plantada, a começar pelo feijão, arroz (Figura 2) e na produção propriamente dita de alimentos (Figura 3). Esse processo também se constata no Pontal do Paranapanema²⁰, exceto para o

feijão, devido à expectativa de continuidade da alta dos preços.

Em várias outras partes do planeta esse processo se reproduz. Começamos pelo exemplo norte-americano de expandir a área de plantio de milho para a produção de metanol, o que em dois anos, desde 2006, já foi capaz de mexer estruturalmente com a redução dos estoques internacionais e a conseqüente elevação dos preços dessa *commodity* (Figura 1) e de outros que a ela se vinculam para dar movimento à ciranda especulativa tão desejada pelos *players*²¹ das transnacionais que atuam nas Bolsas de mercadorias, espalhadas pelo mundo.

No Brasil os estragos são também evidentes, apesar de mascarados, pelo próprio presidente da República, como os

dos insumos e à ausência de apoio público condizente com a estrutura camponesa.

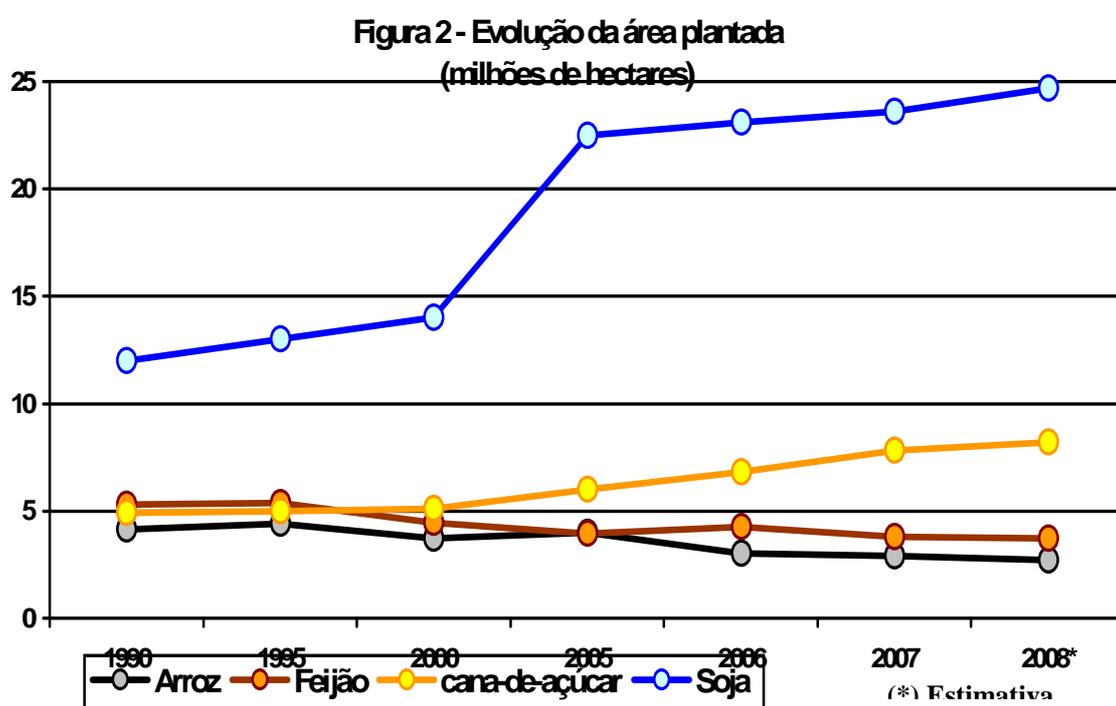
²¹ Essa expressão tem sido utilizada com frequência pelos altos funcionários das grandes empresas do setor agro-químico-alimentar-financeiro, para designar as ações dos agentes que atuam no mercado nacional e internacional, no âmbito especulativo de cereais. No Brasil, nos últimos 12 meses, a esse respeito, podemos lembrar as preocupações do Sindicato das Indústrias dos Produtos Avícolas do Estado do Paraná (Sindiavipar), que definiu, dentre um conjunto de ações para reverter o quadro de escassez do grão no mercado interno - o que está abalando a cadeia produtiva de carne no país, tendo em vista que o grão é o principal insumo para a ração animal de aves e suínos -, manter um canal de comunicação constante com *players* à escala mundial, para equilibrar o negócio do milho, centralizar a compra do cereal, e dessa forma criar certo mercado regulador de milho. Mais detalhes, ver: "Avicultura paranaense define pacote de ações para superar crise do milho". *Notícias Agrícolas*, Disponível em: www.noticiasagricolas.com.br/noticias.php?id=26259. Acesso em: 30 nov. 2007.

¹⁹ Entrevista publicada: "Amorim rebate críticas do FMI à produção", em O Estado de São Paulo, 17/04/2008, p. 7.

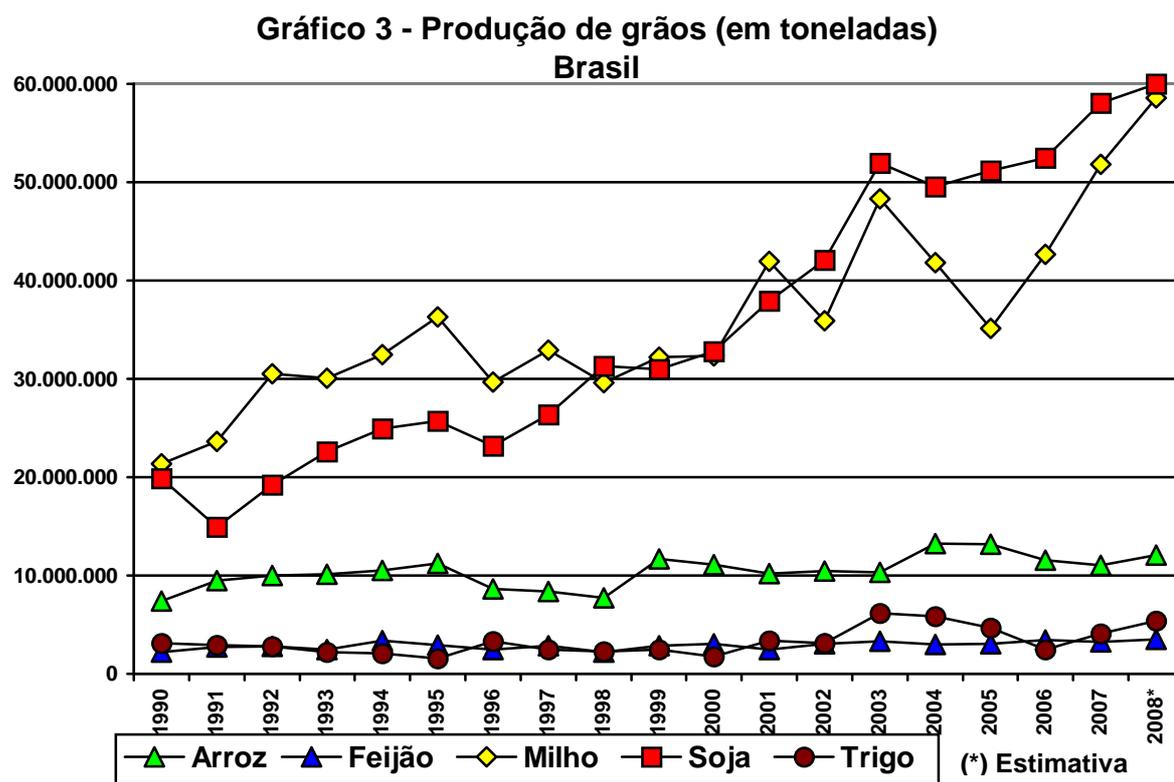
²⁰ Por meio das informações disponibilizadas para os Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDR)/Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), é possível considerarmos esse recorte territorial, para fazermos aproximações e deduzirmos, então, que a estimativa de produção de feijão é 110% maior do que o anunciado em dezembro de 2007. O mesmo não acontece com os demais grãos, pois apresentam expectativa, no mesmo período (novembro de 2007 a março de 2008) de 30% de quebra. O feijão dispara dos demais cereais, por conta da situação atípica que o produto atravessa desde o segundo semestre de 2007, com sucessivas altas. Já a queda para os demais produtos deve-se ao aumento dos custos

efeitos do expansionismo da cana-de-açúcar, particularmente em São Paulo. As pesquisas estão sinalizando que a maior parte das terras férteis agricultáveis estão sob o controle dos empreendimentos do agronegócio, sendo que a cana-de-açúcar ocupa lugar de destaque, não só em São

Paulo, mas nas porções do território objeto da expansão recente ou que se consolidam nesse circuito, tais como Mato Grosso do Sul, Triângulo Mineiro, Sul-Sudoeste de Goiás, Noroeste do Paraná, o que denominamos de *Polígono do Agronegócio* no Brasil (Figura 4).

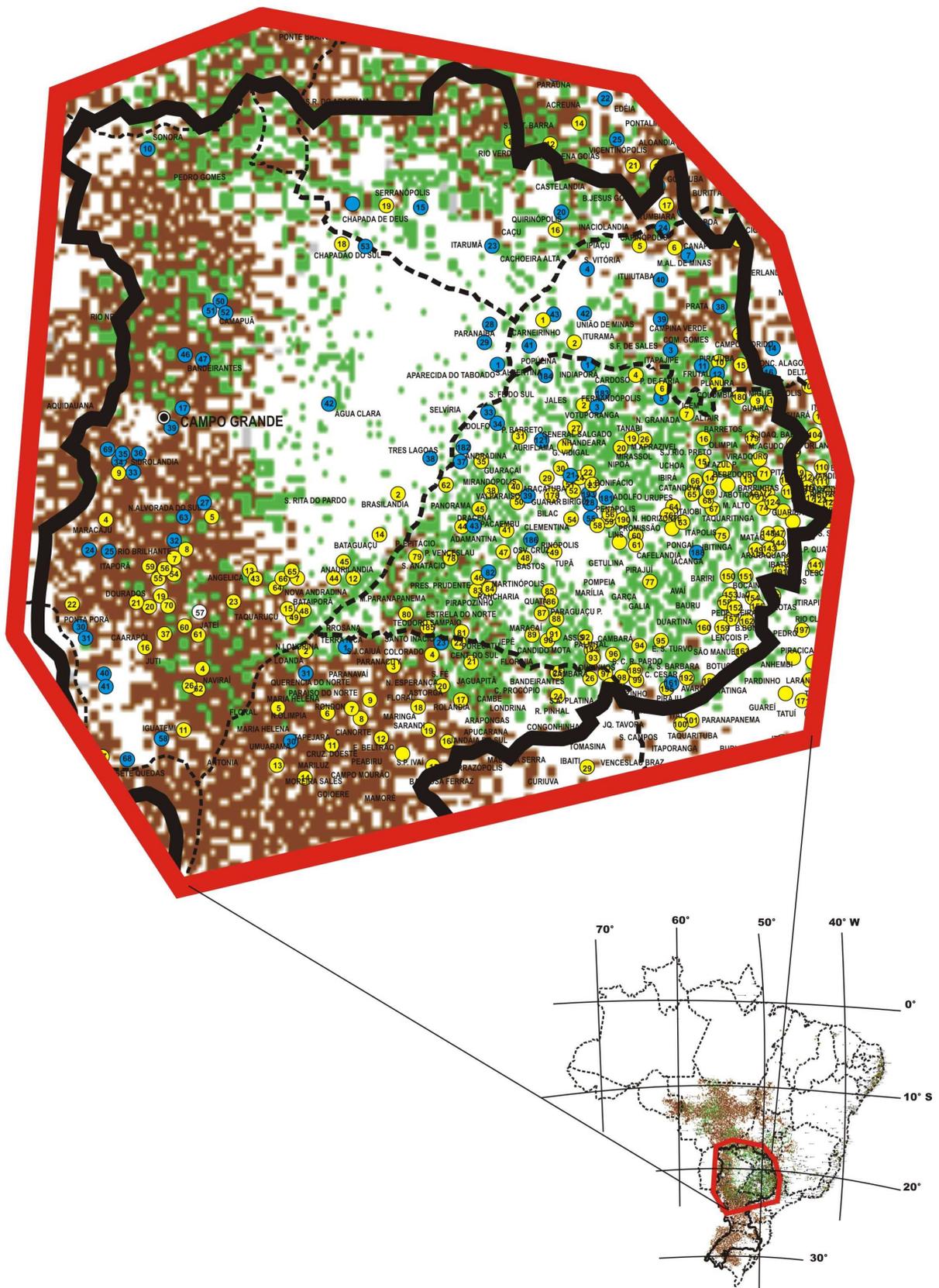


Fonte: CONAB, 2008.



Fonte: IBGE, 2008. www.ibge.gov.br/sidra, acesso em 15/09/2008.

Figura 5 – Polígono do Agrohidronegocio



Entretanto, não poderíamos deixar de observar que não se trata de uma tomada de posição contrária à produção de etanol pura e simplesmente, até porque compartilhamos com os movimentos sociais populares em nível internacional (ambientalista/ecológico, sindical), das bandeiras que empunham há décadas em defesa das alternativas renováveis de fontes energéticas. A substituição das fontes de energia não renováveis (petróleo, gás natural, carvão mineral, atômica) tinha como motivação apostar num outro modelo de organização da sociedade, calcado na sustentabilidade ambiental/social da produção/fornecimento de energia, em bases sociais e organizativas, que pudessem responder ao bem-estar de produtores e consumidores. Mas, diante de mais essa *tomada de assalto* do grande capital das idéias originais dos grupos e setores sociais que reivindicavam autonomia e esquema político e econômico sustentável para a produção de energia, o que se tem é a hegemonização desse tema, pelos interesses dos grandes conglomerados empresariais oligopolistas que subverteram o ideário inicial, a partir do momento que fizeram valer seus interesses econômicos de controlar a produção/distribuição/circulação de energia e, conseqüentemente, usufruir de

mais uma possibilidade para a maximização dos seus lucros.

É nesse turbilhão que o abandono dos fundamentos conservacionistas, a garantia da “sócio, ética biodiversidade” e a participação social plena na formulação/execução de “estratégias públicas para obtenção de alternativas de energia renovável, em especial a partir de biomassa”, são radicalmente modificados e travestidos, e se tem a prevalência do modelo concentracionista e destrutivo do capital, renovado nos anos 1990, sob o império neoliberal. Esse intento está se viabilizando por dois caminhos bem definidos. O primeiro, por meio de campanhas publicitárias e com o apoio dos seus apaniguados de toda sorte (políticos em geral, chefes de Estado e de governo, sindicalistas, pesquisadores etc.). O segundo se soma ao primeiro e se enraíza nas políticas públicas que aceitam e internalizam as pressões do grande capital, dos produtores de soja, para garantir privilégios, mesmo se sabendo que, comparativamente ao dendê e outras oleaginosas é de baixo rendimento, mas é do seu processamento que se produz 80% do agrodiesel, tão defendido pelo capital como alternativa renovável e sustentável, ficando 15% para gordura animal e o restante para outros óleos (CARVALHO, 2008, p.1 e 2).

Em 2007, o Brasil produziu 843 milhões de litros de biodiesel e, para atender a determinação dos 3% a serem adicionados ao óleo diesel, a partir de julho de 2008, serão necessários que as 52 plantas processadoras produzam 1,2 bilhão de litros e, seguindo as expectativas anunciadas pela CONAB²², a produção deverá atingir 4,0 bilhões de litros até 2011, o que fortalecerá ainda mais a expansão da monocultura da soja.

Em decorrência, ao mesmo tempo em que o capital impõe mudanças na matriz energética dos países para prevalecer seus interesses econômicos, estratégicos, logísticos, o faz através de princípios excludentes, amplificando em demasia as desigualdades sociais, a concentração de riqueza, de terra, de renda e de poder. As variações de lugar para lugar, na adoção/sofisticação de formas regressivas, nas relações de trabalho, na subordinação de camponeses e médios produtores à sistemática oligopólica, evidenciam toda a indiferença do capital com o meio ambiente, por meio das práticas destrutivas e degradantes que, juntos, impactam profundamente nas formas de uso/exploração do território.

²² Cf. CONAB, menu do agronegócio. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/index.php?PAG=115>
Acesso em: 26 abr. 2008.

Dessa forma, não se trata de utilizar argumentos extemporâneos, já que a essência do problema não é a produção propriamente dita dos agrocombustíveis, biocombustíveis ou, em particular, do etanol, mas os expedientes, o formato e a estrutura da produção, e o conteúdo do projeto social lhe dá fundamento para estarem assentadas em grandes extensões de terra, na exploração do trabalho, e totalmente desatrelada de um programa nacional e sustentável de produção de alimentos, edificado nas unidades de produção familiar e enraizado nos referenciais da Soberania Alimentar dos povos.

Em meio a esse quadro é que temos que situar a performance da matriz energética, quer dizer, a destacada participação das fontes renováveis não pode ser entendida unilateralmente, muito menos ganhar ênfase, como no caso brasileiro, por representar percentual destacado das fontes renováveis. Esse procedimento, muito mais jornalístico e propagandístico, mascara a compreensão da equação social que lhe dá sustentação. O argumento de que o Brasil se destaca no quadro internacional, por utilizar 46,4% de energia renovável (energia hidráulica, 15,7%; produtos da cana-de-açúcar, 16,0%; lenha, 12,8% e outros), pouco explica sobre a estrutura social e econômica (concentração de terra, renda, capital), os

procedimentos da dinâmica produtiva, as relações de trabalho, o respeito à biodiversidade etc.

Da mesma forma que, a comparação pura e simples entre os percentuais não esclarece o que realmente significam os 53,6% das fontes não renováveis (petróleo 36,7%, gás natural 9,3%, carvão mineral 9,3%), enquanto que a média mundial é de 80% (petróleo, 33%; o carvão, 25%; e o gás, 21%). Ainda mais porque o país é auto-suficiente em petróleo e é o maior produtor mundial de etanol, podendo alcançar 26,4 bilhões de litros na safra 2007/8, concentrados à base de 92% no Centro-Sul, e São Paulo representando 65% do total nacional.



Desse total, aproximadamente 4,2 bilhões de litros deverão ser exportados, sendo que somente para os Estados Unidos serão 2,5 bilhões de litros, contra os 24,6 bilhões de litros produzidos através do milho por aquele país.

É por isso que, quando se põe em questão a produção de biocombustíveis, se faz necessário explicitar os desenhos da estrutura produtiva, as dinâmicas econômica, política e geográfica que lhe estão na base de sustentação e,

conseqüentemente, o modelo de organização social correspondente.

Da mesma forma que, num esforço de síntese, apostar estarmos diante da *biocivilização*, talvez não garanta a defesa de que para resolver a crise alimentar é emergente que se resolva a crise social, ou seja, “colocar no centro do debate a questão social e discutir com que modelo se pretende produzir mais biocombustíveis e mais alimentos”, nos faz mudar o foco do assunto, porque o modelo de sociedade que queremos construir ou que poderia

resolver a questão da produção e do consumo de alimentos e dos biocombustíveis, requer que foquemos o homem no centro do processo. Isto é,

renunciarmos a dependência a *slogans* que pouco ou quase nada acrescentam, sobretudo quando o entusiasmo com as possibilidades técnicas divide opiniões em torno da “segunda geração dos biocombustíveis com o etanol celulósico [...] que irá aproveitar todos os resíduos vegetais e florestais através da celulose e de espécies arbóreas de crescimento rápido” (SACHS, 2008, p.1). Apesar de soar alguma chamada de atenção para a importância dos biocombustíveis, o autor, como demonstra aglutinar interesse da intelectualidade, os

entende apenas na delimitação do que já está consolidado e não aponta alternativas para outras opções de edificação da agricultura voltada para a produção de alimentos, sobretudo nos países ditos de economia dependente e com expressiva parcela da população pobre ou empobrecida.

De mais a mais, a problemática continua ausente, tanto nos pronunciamentos, quanto nas ações políticas dos governantes, são vários os aspectos centrais desse assunto, por exemplo: uma política de abastecimento capaz de beneficiar o conjunto da massa trabalhadora, de um planejamento agroecológico com prerrogativa para definir com correção os espaços produtivos adequados para os diferentes produtos agropecuários, e políticas públicas que priorizem financiamentos e subsídios para a produção e abastecimento interno para as populações pobres. Isso, sem falar no total esquecimento da questão agrária, no Brasil, dos protagonistas que dão sustentação às políticas públicas sobre a necessidade da Reforma Agrária.

Desse modo, os elementos que gravitam, em nível internacional, para os setores dominantes, independentemente da escala (internacional, continental, regional), têm a ver com a preocupação mercadológica, a ser garantida, principal e não exclusivamente, pelos bons

argumentos com tonalidades diplomáticas, com potencial de convencimento junto ao FMI, OMC.

A título de exemplo, podemos lembrar que a vigência das políticas do Banco Mundial (BM), do Fundo Monetário Internacional (FMI), da Organização Mundial do Comércio (OMC), da União Européia (UE), particularmente da sua Política Agrícola Comum (PAC) e, na América, da sua congênera norte-americana *Farm Bill* (ou *Fair Act*)²³, está amplificando o ritmo da desagregação e o desmonte da produção e da estrutura familiar camponesa, em todo o planeta²⁴ e, conseqüentemente, ampliando a quantidade de famintos.

Na prática, a *nova* metodologia de repasse de recursos públicos (e não propriamente para a produção agropecuária), vinculada às políticas agrícolas européia e norte-americana, está edificando as bases de um modelo que privilegia os grandes empresários rurais e desmonta/desmobiliza as pequenas unidades familiares camponesas. É importante ponderar que os consideráveis ganhos de produtividade da agricultura, que superaram em muitos casos a produtividade de outros setores da

²³ Federal Agricultural Improvement and Reform Act ou a política agrícola dos Estados Unidos da América.

²⁴ Mais detalhes sobre esse tema, ver: THOMAZ JÚNIOR (2007 e 2008a).

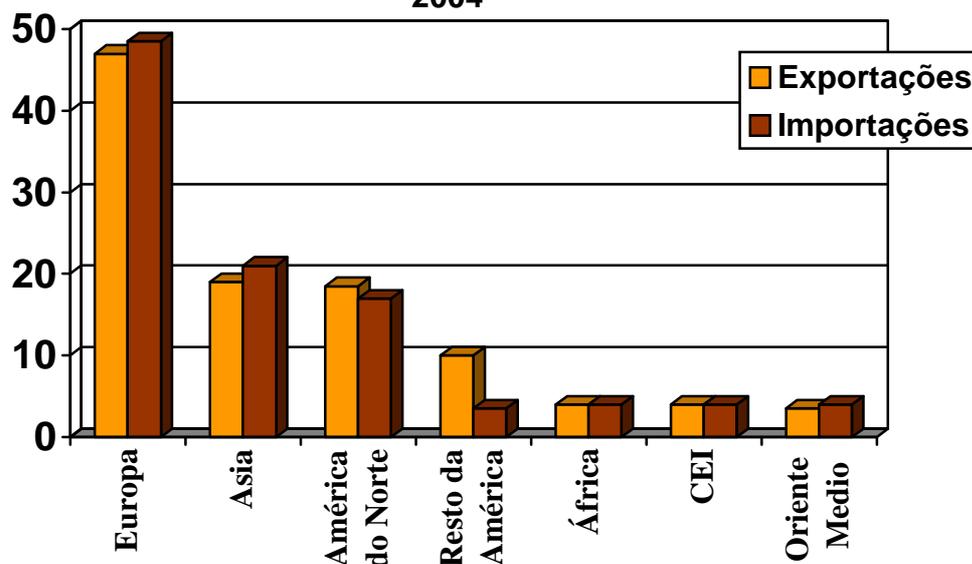
economia, repercutiram nos aumentos de produção e no rebaixamento dos preços agrícolas. Mas, o papel desempenhado pelos grandes conglomerados transnacionais que se beneficiam das práticas monopolistas também influenciou diretamente na artificialização da diminuição dos preços dos produtos de origem agrícola. O caso europeu é extremamente elucidativo, pois essas ações da iniciativa privada foram potenciadas pelas prerrogativas da Política Agrícola Comum (PAC), que exerceu sobre as dinâmicas produtivas e de circulação/distribuição, com reflexos em todo o planeta, e amparada nos dispositivos do Regime de Pagamento Único (RPU).

Esse processo, por sua vez, não deve ser observado em separado das normativas da OMC e dos arranjos encenados pelos grandes conglomerados

transnacionais do setor agro-químico-alimentar-financeiro, os quais dão as cartas e se aproveitam da estratégia de rebaixamento dos preços das matérias-primas de origem agrícola até 2006, da mesma forma que se beneficiam da conjuntura de elevação dos preços, que alcança patamares mais destacados a partir do final de 2007 e se intensifica em 2008 (Figura 1).

Tanto numa situação como noutra, os conglomerados transnacionais e os grandes proprietários de terra na Europa, se adequam aos esquemas em vigor, e tiram proveito dos apoios públicos previstos e garantidos pela PAC e, com base nisso, impõem formatos produtivos, com ênfase nos monocultivos, nos agrocombustíveis e do ponto de vista comercial, a UE se consolida na condição de maior importadora e exportadora de produtos agropecuários (Figura 5).

**Figura 5 - Fluxo comercial de produtos agropecuários
2004**



Fonte: OMC, 2004; El País (30/10/2005).

**INDETERMINAÇÃO
SUPERDETERMINAÇÃO
CONTROLE SOCIAL!**

Os analistas são contundentes a esse respeito, quando afirmam que os biocombustíveis poderão produzir efeitos mais destrutivos sobre todos os quadrantes do planeta, particularmente sobre os preços dos alimentos básicos. Com isso, a permanência de alta dos preços do petróleo, a elevação da demanda mundial por produtos, a voracidade especulativa dos mercados futuros, a desvalorização do dólar diante das demais moedas, combinado com a diminuição dos estoques, com a produção de etanol nos USA, a partir do milho, e à superestimação da importância dos biocombustíveis,

OU enfim, todos esses fatores continuarão a puxar os preços dos alimentos para cima.

DO Com isso, sobretudo, os setores da população mais vulneráveis estão confinados nos países que já são duramente atingidos por déficit alimentício e que são importadores natos de petróleo, exceção seja feita à Nigéria, Sudão e outros países africanos que, apesar de se enquadrarem na primeira parte da equação, são produtores e exportadores de petróleo (SENAUER *apud* CARVALHO, 2008, p.11).

Daí, portanto, as preocupações dos estrategistas do sistema, chefes de Estado²⁵

²⁵ Como noticiado amplamente durante as últimas semanas, os governos inglês e francês se mobilizaram para remover de seus estoques reguladores e dos armazéns dos grandes conglomerados centenas de milhares de toneladas de alimentos (grãos) para o Egito, Haiti, Filipinas. Os jornais pesquisados foram: *El País*

que estão mobilizando milhares de toneladas de alimentos para serem distribuídos, humanitariamente, diante das turbulências desse início de 2008, em várias partes do planeta, particularmente nos países que estão sendo mais duramente atingidos pelo desmonte do capital e onde os trabalhadores e os movimentos sociais são engrossados pelas legiões de famintos, que abrigam em seu interior desempregados, informalizados e precarizados de toda sorte, como já diagnosticado pela imprensa internacional.

A esse quadro, os defensores da balbúrdia mundial, mas muito bem escudados nos principais veículos de formação de opinião (universo midiático), tentam desfocar a atual crise, para fazer crer que a elevação dos preços dos alimentos não tem vinculação com ações especulativas. Tampouco deixam vaziar que o desabastecimento e incremento do atual patamar da fome no planeta têm qualquer vinculação com as iniciativas de produção dos combustíveis renováveis. Apenas publicizam essa iniciativa, sob o pretexto de contribuir com a diminuição do aquecimento global.

Sustentados pelo modelo de organização em grandes extensões de terras

(13/04/2008); *Le Monde Diplomatique* (12/04/2008); *Clarín* (13/04/2008); *Folha de S. Paulo* (meses de março e abril de 2008); *O Estado de S. Paulo* (meses de março e abril de 2008); *The New York Times* (11/04/2008); *The Independent* (15/04/2008).

sob a regência da propriedade privada, os conglomerados transnacionais que também expropriam, subordinam e sujeitam (*sujeicionam*²⁶) a estrutura familiar/camponesa em todo o planeta, e por meio das mega-plantas de processamento agroindustrial controlam a produção/circulação de alimentos, também exercem controle sobre a produção de sementes reengenheiradas²⁷ e transgênicas. O que se esquecem é de informar que, nesse quadro, há outros sujeitos, aspectos e processos que (re)definem a escala de dominação, o controle social e a amplitude da destrutividade da crise atual. Antes, porém, é necessário reafirmar que a estrutura bifronte que garante o controle e o poder do capital na dinâmica dos espaços produtivos agropecuários, em nível mundial tem, de um lado, os desdobramentos da *commoditização*²⁸ da produção de alimentos e, portanto, toda a dimensão especulativa, e por outro, em decorrência do primeiro, a produção de alimentos continua sendo orientada somente com o objetivo mercadológico. Isto é, se serão ou não consumidos não é o que importa, pois a regência do valor de troca subordina a utilidade e o acesso aos

²⁶ Trata-se de um esforço conceitual para precisar a validade do conceito de sujeição da renda da terra ao capital.

²⁷ A esse respeito, ver: THOMAZ JÚNIOR (1994). Esse texto também foi publicado no **Boletim Fluminense de Geografia**, v.1, p.45 - 74, 1996.

²⁸ Cf. OLIVEIRA (2008).

alimentos aos reais interesses do metabolismo do capital.

Da mesma forma que toda a retórica que sustenta os interesses do capital em torno da produção dos transgênicos a baixo custo, o que poderia ser repassado aos consumidores, pois os investimentos em tecnologia e os ganhos de produtividade não estão voltados para aumentar a oferta de alimentos para sanar a fome no mundo. Basta lembrar que a capacidade produtiva e a produção propriamente dita de alimentos,

particularmente

cereais e carnes, têm aumentado ano a ano e o número de famintos cresce com maior intensidade, conforme tem demonstrado as



informações disponibilizadas pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), ONU e Cruz Vermelha.

Há que se recolocar nos termos corretos o fato de que existe toda uma logística de produção que dá sustentação aos produtos transgênicos, que recobre todo o circuito produtivo agrícola, de bens de produção, o D_1 agrícola, os diferentes segmentos processadores, e extrapola para o setor financeiro/especulativo, por isso sintetizarmos em conglomerado agro-

químico-industrial-financeiro. A aparente indeterminação desse complexo processo de operações econômicas, produtivas, especulativas, e o desmanche da estrutura produtiva camponesa em nível mundial ou mesmo a determinação da lógica da desintegração²⁹ só faz revelar a superdeterminação dos mecanismos de controle social utilizados em tempos de crise para conter as manifestações e explosões sociais, no caso motivadas pelo flagelo da fome, mas poderia ter qualquer outra origem.

Quando se enfatizam os números desse processo, as culturas transgênicas ou os OGM's atingiram em todo o planeta 115 milhões de hectares,

em 2007, ou um crescimento de 12% em relação a 2006 e de aproximadamente 70 vezes em relação à metade da década de 1990, quando ocupavam 1,7 milhão de ha., sendo que somente a soja representa quase 60% do total. Nessa equação, o Brasil ocupa a 3ª colocação no ranking, com aproximadamente 15 milhões de ha. (13%), antecedido pela Argentina, 20 milhões de ha. (17%), e liderados pelos EEUU, com 60 milhões de ha., ou 50% do total (VENETTI, 2008, p.3). Em respeito à

²⁹ Cf. OLIVEIRA; RIZEK, 2007.

república platina, o *filântropo* George Soros, converteu-se “en el dueño de la pampa argentina, donde 50 por ciento de las tierras arables son prácticamente de monocultivo de la soya a expensas de otros granos” (JALIFE-RAHME, 2008, p.2).

Então, falta de alimentos e carestia se combinam, e tecem um quadro que se repete em todos os quadrantes do planeta³⁰, sobretudo na sua parcela mais empobrecida e periférica. No Brasil, o resultado da reorganização espacial é demarcatório das disputas territoriais entre os diferentes segmentos da burguesia, especializados nos principais ramos do agronegócio (soja, milho, algodão, eucalipto, cana-de-açúcar e a pecuária de corte.

³⁰ Recentemente, assistiu-se às manifestações no Haiti, com os trabalhadores e população em geral se rebelando contra as elevadas taxas de inflação, os elevados preços dos alimentos, e as ações de rua e confronto com as forças da ONU, representadas pelo exército brasileiro. Os Chefes de Estado europeus concordaram com a declaração do presidente daquele país, quando exortou que o que está se passando no Haiti também está ocorrendo em outros países; e, numa clara exarcação bonapartista, Lula, declarou, depois de se fartar no jantar junto aos chefes de Estados dos países nórdicos, que os preços dos alimentos no Brasil estão elevados, porque é sinal de que o povo mais pobre está comendo mais. Se não bastasse a desfaçatez, seria melhor que o silêncio prevalecesse, pois, todos sabemos que a carestia se deve ao controle e especulação conduzidos pelos grandes grupos do setor agroalimentar, e que a própria elevação dos preços é a primeira indicação de que os pobres vão comprar menos ainda.

COMENTÁRIOS FINAIS

Extraímos dessas reflexões, portanto, o entendimento de que talvez não sejam os famintos que farão a revolução - em contraponto às posições que tentam de toda forma restringir o raio de ação e a importância, especialmente, dos movimentos sociais camponeses, dos desempregados, dos sem terras -, mas não podemos esquecer que a distância que separa os proletários, ou mesmo os operários, dos desempregados, dos famintos, dos delinquentes é cada vez menor³¹. À retomada desse assunto, com as atenções voltadas para a realidade norte-americana, a título ilustrativo, na interpretação de Wacquant (2001), poderíamos pensar que o aumento da franja social (desempregados, subempregados etc.) por conta dos rearranjos destrutivos do capital, tem sido *amenizado* com o aumento generalizado das populações carcerárias, mediante o uso crescente do sistema penal como instrumento de administração/controle da insegurança social. A criminalização da Luta pela Terra³² é talvez o exemplo mais marcante, no Brasil, da perseguição do

³¹ A ONU divulgou informações, que foram disponibilizadas pela grande imprensa, no final de 2007, e que indicavam a diminuição da idade de homens e mulheres que ingressam no rol dos trabalhadores que perdem sua inserção laboral e ingressam no rol dos famintos (FSP, novembro de 2007).

³² Cf. FERNANDES (2001).

Estado aos trabalhadores e aos movimentos sociais envolvidos nas lutas de resistência e que expressam elementos vivos da luta de classes, no século XXI.

Os desafios são ainda maiores, eximindo as impurezas do catastrofismo, porque os passos que centenas de milhares de trabalhadores vivenciam a cada ano, que os desterritorializa e os remete às diferentes experiências das inserções precarizadas no mercado de trabalho, a informalidade, o desemprego temporário e crônico, e às trincheiras da fome, não podem ser desprezados. Sem contar os que ficam, que não estão sendo capazes de detonar o processo de resistência, para deter esse massacre.

Essa nova Geografia reflete, por consequência, o modelo agrícola que deve estar baseado na agroecologia e na diversificação da produção e não nos esquemas que os vinculam às grandes estruturas produtivas, tais como os sistemas integrados – cujos exemplos atingem a exaustão – largamente explicitados por Oliveira (1982), desde a década de 1980, e o que renasce das novas investidas do agronegócio, protagonizado pelos grandes conglomerados agro-químico-alimentar-financeiro, com base na *commoditização*, portanto, na inserção

internacional de produtos homogêneos e na ciranda especulativa das Bolsas, que abre as portas para os investidores/especuladores internacionais.

A sensação que temos é de que os espectros nos projetam para o futuro e as formas regressivas do capital nos remetem para o passado, tais como, a título de exemplo, a existência camponesa. Decorre dessa circunstância o fato de termos incorporado as formulações teóricas que referenciam nossos estudos e reflexões para além do capital. Ou seja, essa é a nossa

A sensação que temos é de que os espectros nos projetam para o futuro e as formas regressivas do capital nos remetem para o passado, tais como, a título de exemplo, a existência camponesa.

referência de superação e emancipação social do trabalho sob o jugo do capital, e não creditar à existência de determinadas externalidades do

trabalho, *de per si*, o atraso material, social, que está embutido na essência do modo de produção, desconsiderando, por conseguinte, os vínculos históricos dos atores sociais com o metabolismo do capital. É o caso da remuneração do trabalho por produção, como o que vige para o corte da cana-de-açúcar, baluarte do “moderno” agronegócio. Seria o mesmo que dizermos que o arcaico – entendido como pré-capitalismo, ou o insuficiente desenvolvimento da produção capitalista – está superado.

Estamos de acordo com Oliveira (1994), quando pondera que a agricultura camponesa, ao contrário, deve adotar a alternativa defensiva de recuperação da policultura, baseada na produção da maioria dos itens necessários para a manutenção da família camponesa, em oposição à lógica da especialização, diminuindo ao máximo a dependência externa, e amparar-se ao paradigma agroecológico. Ainda que as pressões sejam direcionadas para a especialização, por meio da policultura, os camponeses produziram “vários produtos para o mercado, sobretudo aqueles de alto valor agregado, que garantiria a necessária entrada de recursos financeiros” (p.50).

Por isso, nosso interesse em atrelar a discussão sobre o trabalho, à classe trabalhadora, no mesmo ambiente da Reforma Agrária, da Soberania Alimentar, na perspectiva de classe. Portanto, ao propormos uma cruzada contra a fome ao agrohíbronegócio torna-se inadiável a emancipação da sociedade das amarras do capital. Disso surge uma reflexão, também central para nós, que está radicada nos significados *a priori* – e não no sentido ontológico e objetivo – dos conceitos-chave que estamos abordando, o que nos remete à existência histórica e ao plano das lutas e dos enfrentamentos efetivamente travados e não ao que se espera que poderia ocorrer de forma restrita à seara

sindical. Talvez algumas indagações sejam oportunas para o momento; por exemplo: com base na atual dinâmica do conflito, quem ameaça mais a hegemonia do capital? São os de dentro ou os de fora da classe trabalhadora?

É por isso que a centralidade do trabalho não deve estar distante da busca que empreendemos para compreender a identidade de classe do trabalho, especialmente com base no enunciado que estabelecemos, ao vincularmos Reforma Agrária, Soberania Alimentar, identidade de classe e os desdobramentos para a unificação orgânica do trabalho. Estamos pensando na direção do que Mészáros, posteriormente sintetizou, em visita à Escola Nacional Florestan Fernandes³³, de aliança substantiva, não formal, muito bem recebida pelos dirigentes e lideranças do MST e demais movimentos sociais vinculados à Via Campesina e outras agremiações sindicais e políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

AZEVEDO, J. R. N. **Expansão da agroindústria canavieiro no Mato Grosso do Sul: relação capital x trabalho e reconfiguração espacial**. Dourados: Faculdade de Ciências

³³ Essa visita ocorreu em novembro de 2007.

- Humanas/Universidade Federal da Grande Dourados, 2008. Relatório de Qualificação
- BOURDIEU, P. **Poder, derecho y clases sociales**. Bilbao: Desclée de Brouwer, 2001.
- CARVALHO, H. M. **As controvérsias sobre a expansão dos agrocombustíveis no Brasil: o etanol**. Curitiba, 2008. (Inédito).
- COSTA, M. M. et al. **Os Conflitos entre Capital, Trabalho e Comunidades de Resistência em Minas Gerais e Norte do Espírito Santo**. Trabalho. Presidente Prudente, 2007. (Mimeogr.). (Relatório de Trabalho de Campo). 68p.
- DOMINGUES, A. T. **Condições de trabalho e qualidade de vida dos trabalhadores envolvidos na atividade canavieira no Mato Grosso do Sul e a questão cidade-campo**. 2008. ?f - Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados.
- JALIFE-RAHME, A. El cártel anglosajón de la guerra alimentaria - Seis trasnacionales controlan granos y cereales. **La Jornada**, México, 23/4/2008. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx>> Acesso: 27 abr, 2008.
- MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano**. 2004. 457p. Tese (Doutorado) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. O Agrohidronegócio no cerrado goiano: construção das (re) existências. In: I Encuentro Latino-americano Ciências Sociales y Represas, 2007, Salvador (BA). **CD-Room**, Salvador, 2007. p. 1-17.
- OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. S. **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- OLIVEIRA, A. U. 2006: a Amazônia e a nova Geografia da produção da soja. **Terra Livre**, São Paulo, v.22, 2006, p.13-27.
- OLIVEIRA, A. U. Agrocombustíveis e produção de alimentos. **Folha de São Paulo**, 17 abril, 2008, p.2. (Tendências e Debates).
- SANTA JUNIOR, J. R. de. **Transformações territoriais na colônia agrícola nacional de Dourados: novas formas de uso e utilização da terra**. Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP, 2008. Projeto de Pesquisa
- SACHS, I. Biocivilização: o potencial brasileiro. **Revista dos Instituto Humanas Unisinos**, Ijuí, n.258. Disponível em: http://www.unisinos.br/ihuonline/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=1049 Acesso: 20 maio 2008.
- THOMAZ JÚNIOR, A. A biodiversidade para além da preservação: biotecnologia, desenvolvimento sustentado, patenteamento da vida: o 'colonialismo genético' em questão (noções introdutórias). **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, v.16, p.74-93, 1994.
- THOMAZ JÚNIOR, A. Câmara Setorial e o novo cenário institucional: gestão territorial da relação capital-trabalho e movimento sindical. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 5, n. 12, 1999. p. 22-28.
- THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais os nós da cana**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002a.
- THOMAZ JÚNIOR, A. Agronegócio *Alcoolizado* e *Culturas* em Expansão no Pontal do Paranapanema! Legitimação das Terras Devolutas e Neutralização dos Movimentos Sociais. In: SIMONETTI, M. C. L. (Org). III Fórum de Políticas Públicas, Ambiente e Populações. Marília, 2007a.

- THOMAZ JÚNIOR, A. Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar. (Em Questão a Classe Trabalhadora e a Luta de Classes no Brasil). In: MENDONÇA, M. R. (Org.). **Agroecologia: práticas e saberes**. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 2008. 255p. (Coleção - Experiências Agroecológicas - Vol I). (no prelo).
- VENETTI, F. J. **Um panorama dos transgênicos**. O Estado de São Paulo, 05 de maio de 2008. p. 3. (Agropecuário).
- WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.